



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS – *CAMPUS*
DE ERECHIM**

**IDEOLOGIA AINDA?
COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS EM CINCO MUNICÍPIOS DA AMAU DE
2004 A 2012.**

SONIA MARIA TUSSI

ERECHIM – Novembro de 2016

SONIA MARIA TUSSI

**IDEOLOGIA AINDA?
COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS EM CINCO MUNICÍPIOS DA AMAU DE
2004 A 2012.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, para a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – Campus de Erechim, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Professor Orientador: Dr. Maurício Michel Rebello

ERECHIM – Novembro de 2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao coordenador do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul Campus de Erechim, Prof. Dr. Gustavo Giora e em especial ao orientador do Trabalho de Conclusão do Curso Dr. Maurício Rebello, o qual sempre esteve me apoiando e dando suporte para a concretização deste.

Agradeço também a minha filha Juliana, que sempre esteve ao meu lado, incentivando e ajudando durante a trajetória de estudo. A minha família, aos amigos, e todos que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação acadêmica, meu muito obrigado.

EPÍGRAFE

**“A política é quase tão excitante como a guerra e não menos perigosa.
Na guerra a pessoa só pode ser morta uma vez,
mas na política diversas vezes”
Winston Churchill.**

RESUMO

As coligações partidárias têm sido objetos de estudos da ciência política brasileira ao longo dos últimos anos. Este campo contribui para análise de diferentes objetos da política brasileira, tais como: sistema partidário, relações intragovernamentais, eleições, ideologias, entre outros. Neste sentido, pretende-se contribuir com a bibliografia a partir do estudo das coligações partidárias que aconteceram nas eleições de 2004, 2008 e 2012, especificamente em cinco municípios que fazem parte da AMAU – Associação dos Municípios do Alto Uruguai/RS – Erechim, Getúlio Vargas, Estação, Marcelino Ramos e Gaurama. Os resultados obtidos apontam que coligações ideologicamente consistentes não possuem um desempenho eleitoral superior às coligações ideologicamente mais distantes. Conclui-se, portanto, que os partidos eleitorais dos municípios estudados estão gradativamente perdendo a nitidez ideológica.

Palavras-Chave: política; partidos; coligações; eleições.

ABSTRACT

Party coalitions have been objects of study of Brazilian political science over the last few years. This field contributes to analysis of different objects in Brazilian politics, such as party system, intergovernmental relations, elections, ideologies, among others. In this sense, it intends to contribute to the literature from the study of coalitions that happened in the 2004 elections, 2008 and 2012, specifically in five municipalities that are part of AMAU - Association of Municipalities of Alto Uruguai/RS – Erechim, Getulio Vargas, Estação, Marcelino Ramos and Gaurama. The results show that ideologically consistent coalitions do not have a higher electoral performance than ideologically more distant coalitions. It is concluded, therefore, that the electoral parties of the studied municipalities are gradually losing the ideological clarity.

Keywords: policy; parties; coalitions; elections.

LISTA DE SIGLAS

AMAU – Associação dos Municípios do Alto Uruguai;
DEM – Democratas;
PC – Partido Cristão;
PCdoB – Partido Comunista do Brasil;
PDS – Partido Democrático Social;
PDT – Partido Democrático Trabalhista;
PFL – Partido da Frente Liberal;
PHS – Partido Humanista da Solidariedade;
PMDB – Partido do Movimento Democrático do Brasil;
PL – Partido Liberal;
PR – Partido da República;
PPR – Partido Progressista Reformador;
PPB – Partido Progressista Brasileiro;
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro;
PP – Partido Progressista;
PPS – Partido Popular Social;
PSB – Partido Social Brasileiro;
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira;
PSDC – Partido Social Democrata Cristão;
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráficos 1 – Definição das coligações partidárias 2004-2012	31
Gráficos 2 – Partidos que mais coligaram 2004-2012	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Coligações Partidárias no município de Erechim – Prefeito	20
Tabela 2 – Coligações Partidárias no município de Gaurama – Prefeito	29
Tabela 3 – Coligações Partidárias no município de Getúlio Vargas – Prefeito.....	31
Tabela 4 – Coligações Partidárias no município de Estação – Prefeito	41
Tabela 5 – Coligações Partidárias no município de Marcelino Ramos – Prefeito..	41

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
1 REFERÊNCIAL TEÓRICO	13
1.1 PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	13
1.1.1 Ideologias Partidárias	16
1.2 COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS NO BRASIL	18
1.2.1 Lei nº 9.504 de 1997	23
2 ANÁLISE DAS CANDIDATURAS PARA PREFEITO	25
2.1 ERECHIM	25
2.2 GAURAMA	26
2.3 GETÚLIO VARGAS.....	28
2.4 ESTAÇÃO.....	29
2.5 MARCELINO RAMOS.....	30
3 UMA REFLEXÃO SOBRE AS COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS	31
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Brasil vivencia hoje uma realidade política fundamentada nos preceitos de democracia. Esta forma de exercer política é a que dá direito ao povo nas decisões governamentais, no que tange à vida em sociedade e suas nuances. Um governo democrático é aquele que possui um apelo significativo em relação ao senso de justiça e igualdade, fatores dos quais derivam sua força motriz.

A democracia diz respeito à organização da vida política em sociedade e, como tal, os governos democráticos necessitam alcançar alguns critérios para um processo democrático de fato, como: participação efetiva – é necessário que todos os membros da sociedade tenham oportunidades iguais para fazer suas opiniões conhecidas; igualdade de voto - todos os votos devem ter mesmo valor e peso; entendimento esclarecido – os membros da sociedade devem ter oportunidades iguais de aprender sobre as políticas importantes e suas consequências; controle de programa de planejamento – os cidadãos devem ter a oportunidade para decidir quais as questões que devem ser colocadas no planejamento; e, por fim, a maioria dos adultos residentes permanentes deve ter o pleno direito de cidadãos, isto é, devem poder participar do processo decisório, através do sufrágio (DAHL, 2001).

Estes critérios são intimamente ligados, como se percebe, com o processo decisório e eleitoral, no qual os partidos políticos possuem papel fundamental e atuante. Cada partido possui uma ideologia que o define, que norteia o seu caminho e de seus seguidores. No entanto, quando existem forças que exigem movimentos de integração entre partidos, em busca de determinado objetivo em comum, ocorre um fator denominado “Coligação Partidária”.

A Coligação Partidária nada mais é que uma união de partidos de legendas diferentes que, em muitas vezes, não compartilham das mesmas ideologias ou das mesmas pautas políticas, muito embora, façam este movimento visando alguma vantagem competitiva perante outras legendas.

O presente trabalho tem como tema central, analisar as Coligações Partidárias que aconteceram nas eleições de 2004, 2008 e 2012, especificamente em cinco municípios que fazem parte de AMAU – Associação dos Municípios do Alto Uruguai/RS – Erechim, Getúlio Vargas, Estação, Marcelino Ramos e Gaurama. Acredita-se na relevância deste estudo, compreendendo a escassez de análises sistematizadas, sobre o assunto, nestes municípios em questão.

Os estudos empíricos sobre coligações partidárias ainda são pouco expressivos, muito embora seja uma vertente significativamente promissora. Krause (2010, p.9) afirma que para “a ciência política brasileira, pesquisas desta natureza podem enriquecer e contribuir com o debate sobre o desenvolvimento do sistema político em suas várias dimensões [...]”.

Na região Sul, sobretudo com foco nos municípios que fazem parte da Associação dos Municípios do Alto Uruguai, não foram encontradas análises sobre os padrões de coligações partidárias, em nenhum período eleitoral. Desta forma, este trabalho se justifica primeiramente, por ser um segmento inédito de análise. Não existem informações pertinentes quanto a estes municípios e seus padrões de coligações partidárias, assim torna-se relevante a sua verificação.

O trabalho também possui relevância, compreendendo que os dados coletados em sua construção, poderão servir como base para futuros comparativos, em relação à realidade nacional.

Além disso, as informações verificadas poderão surgir como meio de esclarecer a existência de padrões entre os formatos das coligações nos municípios selecionados. Será possível responder se os partidos praticam coligações respeitando seus princípios ideológicos, se unem suas pautas em prol da campanha eleitoral sem critério definido, entre outros.

Acredita-se, também, na importância deste trabalho, quanto experiência de cunho acadêmico científico. Seu desenvolvimento proporcionara a consolidação do aprendizado teórico, adquirido junto ao curso de Ciências Sociais na Universidade Federal da Fronteira Sul, com a prática concreta da coleta, verificação e tabulação de dados de cunho político.

O foco do estudo aqui pretendido se direciona ao estudo das coligações partidárias. Seu objetivo geral é definido como: analisar as coligações partidárias realizadas para o pleito de prefeito, em cinco municípios da região da AMAU, nas eleições de 2004, 2008 e 2012. Seus objetivos específicos englobam: verificar as coligações realizadas no executivo; investigar os padrões de coligações partidárias; e analisar a consistência ideológica a partir das coligações partidárias.

A metodologia de um trabalho pode ser considerada como o conjunto de instrumentos utilizados para coleta de dados, fundamentais para a sua construção. Para Gil (2004), a parte mais complexa na redação de um projeto de pesquisa é constituída, geralmente, pela especificação da metodologia a ser adotada. Diversos

itens podem ser considerados, conforme a extensão e a complexidade da pesquisa. De maneira bem abrangente podem ser elencados os seguintes componentes: tipo de delineamento; operacionalização das variáveis; amostragem; técnicas de coletas de dados; tabulação; análise dos dados e forma do relatório.

Para a construção bibliográfica deste estudo foram utilizadas diversas fontes, principalmente livros e periódicos, artigos científicos e publicações em sites acadêmicos. Também foram fundamentais para a sua elaboração as consultas aos portais estaduais e federais – TRERS, TSE –nos quais foram coletadas as informações referentes às coligações partidárias nas respectivas eleições: 2004, 2008, 2012.

Foram selecionados os cinco maiores municípios da região da AMAU como população-alvo para o presente estudo. Estes locais foram escolhidos de forma intencional e não probabilística. Para a coleta dos dados foram utilizados alguns procedimentos ou instrumentos, neste caso: coleta documental, análise de conteúdo e verificação ideológica dos partidos e suas trajetórias. Os dados coletados são considerados primários, pois são provenientes de uma investigação inédita. Quanto ao cunho são quantitativos e qualitativos.

Neste trabalho, primeiramente desenvolve-se uma revisão bibliográfica conceituando os termos utilizados ao longo deste trabalho, subsequentemente constrói-se uma análise direcionada a compreender de que forma ocorreram as coligações partidárias nas eleições de 2004, 2008 e 2012, caracterizando-as como consistentes, semiconsistentes e inconsistentes, enquanto o último capítulo apresenta as considerações finais.

1.REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Acredita-se que para se compreender o conceito de “Partido Político” é importante analisar a origem etimológica do termo. Assim, se valendo das concepções de Lipset e Rokkan (1967) verifica-se que a expressão partido político, deriva, etimologicamente, da palavra “parte”, e isto não por acaso, afinal, ele é compreendido como “agente de conflito e instrumento de integração”.

Direcionando o olhar a temática central deste trabalho, parece pertinente elaborar uma breve reflexão histórica com vistas a conhecer o processo de formalização dos partidos políticos na contemporaneidade. Seguindo esta linha de pensamento, Melo (2007, p.268) explica que na maior parte da trajetória do Brasil, como uma nação independente, não existiram condições minimamente favoráveis para o surgimento e a para a consolidação de um sistema partidário moderno. “Desde meados do século 19, o país experimentou tantas formações partidárias quantas foram às mudanças no regime político, de forma que mesmo os partidos que poderiam ter criados vínculos entre a população não lograram tempo para fazê-lo”, e, no século 20, após três décadas de dominação republicana oligárquica, o processo de construção de identidades partidária iniciou, sobretudo, em 1930, muito embora tenha ocorrido sob a tutela de um Estado autoritário (MELO, 2007).

No caso internacional, na primeira metade do século XX, era possível observar partidos fortes, com alto enraizamento social, também conhecidos como partidos de massa, de origem exterior ao parlamento, com eleitorado fiel e militância engajada (DUVERGER, 1970), em oposição aos partidos de quadros ou notáveis, de formação parlamentar e sem relação com as massas.

Já na segunda metade do século XX e no início do século XXI, fica evidente um afastamento das organizações em relação à sociedade civil, e um alargamento das bases sociais. Sobre esta nova faceta, surgem os chamados *cacth-all-parties*, segundo denominação de Otto Kirchheimer, ou partidos “pega tudo”, significando uma abertura a outras classes sociais, com uma acentuada “desideologização” e influência de grupos de interesses (PANEBIANCO, 2005), decorrente do aumento da competição política e da importância dos meios de comunicação no processo eleitoral – antes os partidos de massas tinham comunicação aberta e direta com

seus adeptos -, culminando em partidos com fracas relações partido-eleitor, bem como perda de peso político da militância e filiado, que perdem seu lugar como importantes agentes financiadores do partido para os grupos de interesse externos.

No cenário brasileiro, entre 1985 e 1990, a matriz bipartidária constituída durante a ditadura militar, seria desconstituída, em um processo que teve início com a crise do PDS, foi alimentado pela implosão do PMDB após a Constituinte e culminou com a criação de novos e muitos partidos no interior do Congresso Nacional (MELO, 2006). Após a década de 1990, é possível falar de uma relativa estabilidade – que vem cada vez mais se firmando no cenário político - do sistema partidário; relativa, pois os partidos ainda enfrentariam uma frágil institucionalização. Porém, se apontarmos para o fato de que, em geral, uma forte institucionalização indica o poder de oferecer algo à “clientela” (Souza, 1976 apud MELO, 2006), então, é válido destacar que nos últimos anos houve um incremento dos recursos disponíveis aos partidos no plano federal que, controlados de forma contínua, possibilitam vantagem competitiva nas eleições.

Essa vantagem é importantíssima, pois a redemocratização do país ampliou o acesso dos partidos às arenas decisórias no Executivo federal (MELO, 2006) e, em especial a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, se destacou a presença dos partidos governistas à frente de ministérios importantes durante tempo suficiente para que os recursos políticos ali disponíveis pudessem ser canalizados para o desenvolvimento organizacional.

Da mesma forma, essa nova dinâmica organizacional dos partidos políticos ao longo das últimas décadas tem alterado significativamente a reflexão sobre os partidos:

Estudos recentes sobre a evolução da dinâmica partidária em democracias ocidentais indicam que o crescente papel do Estado como um elemento regulador da vida e do funcionamento dos partidos está promovendo uma alteração no perfil partidário em direção à redefinição e à priorização das suas funções. *Grosso modo*, as experiências de governo estão deslocando para o Estado o *locus* de sustentação e de legitimação dos partidos, ampliando suas bases do desenvolvimento da organização destes, antes concentradas nos vínculos sociais tradicionais [...] (MENEGUELLO, 1998, p. 18, grifos da autora).

Esse movimento se apresenta como uma experiência fundamental para partidos e para o Estado brasileiro no período contemporâneo, isto é, a reintrodução do acesso às instâncias de decisão através de eleições diretas, assim como a inserção do controle político-partidário na dinâmica do poder executivo no período

pós-1985, coloca os partidos em um conjunto de recursos políticos que redimensionam as suas relações internas, as relações com a sociedade em geral e com as bases político-partidárias estabelecidas no sistema competitivo (MENEGUELLO, 1998).

Neste sentido, a dinâmica de busca e ocupação dos governos nos vários níveis por quadros partidários constitui um componente importante no processo de desenvolvimento dos partidos, o que fez com que a antiga tarefa partidária básica de organização de interesses e canalização das demandas adquirisse uma nova dimensão com as experiências de governo (MENEGUELLO, 1998), traduzindo-se na relação entre governo e sociedade.

Talvez justamente por esse movimento dos partidos brasileiros, os estudos sobre os partidos políticos no Brasil apontam para a ideia de que as organizações partidárias são instituições frágeis (MENEGUELLO, 1998; MELO, 2006). Esses estudos convergem quanto ao princípio de que os partidos brasileiros são produtos debilitados de condições políticas globais, estabelecidos num quadro de pouca capacidade de autonomia dos atores sociais e carecem de condições básicas de organização e funcionamento para se estruturarem como legítimas organizações representativas, sendo esse o resultado da degeneração da função dos partidos políticos de representar e articular interesses e, também, pelas fracas bases de organização que traduzem os vínculos com o eleitorado, resultando na inadequação dos partidos frente aos novos interesses da sociedade civil.

Assim, propõe-se a segmentação de quatro aspectos globais sobre a orientação do estudo dos partidos no Brasil no período republicano (MENEGUELLO, 1998) – que interessa especialmente a este trabalho, a saber: o grau de descontinuidade dos partidos e dos sistemas partidários formados ao longo do período estudado; a complexidade das formações partidárias, entendidas como um reflexo tanto da heterogeneidade regional política e cultural brasileira que dificulta a formação de partidos nacionais enquanto possibilita a predominância de grupos políticos intrapartidários regionais, quanto do baixo grau de estruturação interna dos partidos, uma consequência de sua fragilidade institucional; a constatação de que, na história política do país, a quase totalidade das organizações partidárias é caracterizada por um perfil organizacional frágil e não traduz experimentos de interesses articulados, com forte enraizamento social; o papel predominante do Estado na organização e na representação de interesses, central para o

entendimento da organização e do funcionamento dos partidos e dos sistemas partidários em todo o período.

A ideia da fragilidade dos partidos e a debilidade do sistema partidário brasileiro, exposta acima é produto resultante das limitações impostas pelo Estado à dinâmica de organização de interesses sociais. Logo, em contrapartida, a noção de força partidária é estabelecida nos limites das relações entre partidos e bases sociais, fundadas na capacidade de representação de atores previamente articulados e na vinculação institucional das demandas e interesses não estatais, que são, também, a base da noção de desenvolvimento partidário.

1.1.1 Ideologias partidárias

A conceituação do termo “ideologia” é uma das mais difíceis de ser construída uma vez que engloba uma ampla gama de significados. Para compreender este termo é importante saber que as visões ideológicas de mundo buscam manter ou transformar o sistema social, econômico, político e cultural existente relacionada a um indivíduo, grupo, ou regime. Em se tratando da política partidária percebe-se que os cidadãos encontram-se muitas vezes descrentes que haja de fato uma mudança no sistema societário que possa vir a contemplar a satisfação de suas necessidades sociais, amenizando ou erradicando as refrações da questão social (HEYWOOD, 2010).

Os cidadãos intuitivamente associam discursos e ideais de Partidos Políticos a alguns integrantes políticos que não possuem o compromisso com a sociedade e sim com seus próprios interesses. Percebe-se também que os discursos e promessas feitas por candidatos levam esperança a população, levam a acreditarem em mudanças no modelo de sociedade, buscando um modelo menos desigual e menos espoliativo ao qual se vivencia nos dias atuais, mas nem sempre estes discursos são colocados em prática (HEYWOOD, 2010).

No processo eleitoral, as ideologias partidárias parecem vir cada vez mais perdendo espaço e importância, possivelmente devido ao surgimento dos partidos *catch-all*, que deram um novo significado à representação política, ao desaparecer o vínculo partidário forte com o eleitorado, o que aumenta consideravelmente as taxas de volatilidade eleitoral, através da personalização do voto (REBELLO, 2012).

Miguel (2010), por exemplo, postula que a dicotomia esquerda-direita serviu bem aos propósitos de análise na maior parte dos séculos XIX e XX, pois simplificou as disputas políticas; logo, essa utilidade instrumental serviu para fixá-la como o critério por excelência que define as posições e decisões dos agentes políticos. Todavia, atualmente, surge uma dificuldade na classificação ideológica.

Essa dificuldade decorreria principalmente de dois fatores: o colapso do comunismo, com a queda do Muro de Berlim como imagem máxima, em 1989, isso porque a dicotomia esquerda-direita indica posições relativas à propriedade privada (MIGUEL, 2010) e o fim da União Soviética e dos modelos estatistas acabou atingindo até mesmo aqueles que, à esquerda, eram seus críticos.

O segundo fator é que a vida social contemporânea é estruturada em torno de múltiplas clivagens, e a divisão esquerda-direita contempla somente uma dessas várias dimensões, impondo uma dessas clivagens como a única importante e que deve guiar as decisões em mundo altamente polarizado e multicultural.

Por isso, as condições atuais da disputa política geram dificuldades para o uso da classificação esquerda-direita (MIGUEL, 2010). E sua aplicação em especial ao sistema partidário brasileiro é ainda mais complicada, devido à descontinuidade do sistema partidário – partidos fundados que em pouco tempo desaparecem -; baixa identificação do eleitorado; ao personalismo das disputas políticas; à troca constante de legendas dos políticos ao longo de sua carreira; e, sobretudo, a fraca coesão e o localismo – manifestados nas votações do Poder Legislativo e também nas disputas eleitorais, quando lideranças de um mesmo partido apoiam candidatos diferentes, e também nas diferentes colorações de um mesmo partido conforme sua localização no país e seu representante. Devido a esses fatores, Miguel (2010) não acredita ser viável a separação e análise dos partidos políticos atuais conforme a antiga divisão esquerda-direita.

Porém, há ainda uma grande parte da literatura que não concorda com essa visão, e a constante – ainda hoje – polarização do sistema partidário entre esquerda e direita como um *continuum* atesta isso (CARREIRÃO, 2006). Recentemente, muitos estudos feitos pela ciência política brasileira utilizaram a classificação dos partidos num eixo esquerda-direita, conseguindo, com isso, um bom referencial para a análise da atuação dos partidos.

Um exemplo é o trabalho de Figueiredo e Limongi (1999) que, ao analisar dados do período de 1989-1994, apresentaram dados que colocaram em cheque a

tese dominante da indisciplina partidária na Câmara, e também foram capazes de demonstrar que partidos e coalizões, seguem, de fato, a escala esquerda-direita, apesar das teses contra tal fato:

Os partidos apresentaram considerável coesão média no período como um todo [...] O quadro que emerge da análise revela um padrão de coalizões partidárias que é coerente com a disposição dos partidos num *continuum* ideológico. Podemos falar tranquilamente em partidos de direita, de centro e de esquerda (FIGUEIREDO, LIMONGI, 1999. Apud CARREIRÃO, 2006, p. 139, grifos dos autores).

Essa diferença se observa também quanto às profissões, ocupações e ao patrimônio dos políticos dos diferentes partidos (RODRIGUES, 2002 apud CARREIRÃO, 2006).

Esse breve referencial tem como objetivo apontar que há, de fato, um conjunto de estudos que atesta a pertinência do uso da divisão esquerda-direita como uma forma possível de mapear o campo político-partidário brasileiro atual, sendo útil ao estabelecer diferenças entre grupos de partidos entre si bem como diferenças com outros grupos de partidos; e será através desse referencial que iremos analisar o fenômeno das coligações partidárias no Brasil contemporâneo.

1.2 COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS NO BRASIL

Grande parte da literatura sobre coligações no Brasil aponta a ampliação da base eleitoral e sucesso eleitoral como a principal motivação para as coligações (CARREIRÃO, NASCIMENTO, 2010). Porém, não se pode descartar a função que as coligações exercem quanto à indicação aos demais membros do campo político afinidades com determinados grupos e afastamento de outros, com o objetivo de também estabelecer parcerias em um momento pós-eleitoral ou até mesmo durante um segundo turno.

Da mesma forma, caso uma coligação em especial for julgada prejudicial ou com altos custos eleitorais para o partido, isso pode levar o partido a evitar esse tipo de coligação. Porém, caso os integrantes do(s) partido(s) avaliem que a perda de simpatizantes e militantes será compensada pelo ganho em eleitores, é possível que

ocorra um quadro em que os mais diferentes tipos de coligações ocorram, em termos ideológicos (CARREIRÃO, NASCIMENTO, 2010).

Quanto ao sistema partidário atual, não há consenso: enquanto alguns apontam que as chances eleitorais maiores trazidas pelas coligações teriam maior impacto, estudos revelam que as coligações têm, sim, consistência ideológica:

[...] os partidos com bases classistas não podem coligar-se impunemente com partidos representantes de classes sociais antagônicas, já que tanto para atrair, quanto para manter a atração com relação à determinada classe social, um partido tem que funcionar como representante dessa classe. Os desvios dessa função são punidos com a perda de grande parte do eleitorado (SOARES, 1964, p. 107. Apud: CARREIRÃO, NASCIMENTO, 2010, p. 77).

Recentemente, análises do sistema partidário contemporâneo têm demonstrado que, apesar do posicionamento ideológico possuir certa relevância, têm crescido, ao mesmo tempo, as coligações inconsistentes, sem que haja uma concordância ideológica entre as coligações.

Quanto à dimensão ideológica, a diferenciação entre esquerda e direita é relevante à análise – ainda que não seja a única possível. Dessa forma, é possível classificar as coligações como: consistente, quando a coligação se dá entre partidos de semelhante ideologia (direita D, centro C, esquerda E), o que faz com que as coligações se apresentem dessa forma: D-D, C-C, E-E; as coligações semiconsistentes envolvem partidos de centro com partidos de esquerda ou partidos de direita (C-D, C-E); já as coligações inconsistentes envolvem partidos de polos extremos – no caso, direita e esquerda, como segue: D-E, D-C-E (CARREIRÃO, NASCIMENTO, 2010).

Neste sentido é adequado mencionar o estudo sobre as eleições estaduais, de Krause e Godoy (2010), no qual os autores observam o impacto das legendas a partir de suas estratégias partidárias e alianças, verificando quais candidaturas trouxeram mais resultados e se as decisões tomadas foram influenciadas pela sua configuração ideológica.

A primeira verificação dos autores é em relação aos partidos de direita (1986 a 2006). No PFL/DEM¹ as uniões consistentes têm sido pouco eficazes – somente no ano de 1990 elas produziram melhor resultado, quando superaram os percentuais das outras. Quanto às uniões inconsistentes, há uma inversão, para

¹PFL – Partido da Frente Liberal, atualmente conhecido como Democratas.

Krause e Godoy (2010) este é o perfil mais produtivo da legenda. Cabe salientar que a estratégia de não favorecer a identidade ideológica, gerou frutos, pois são as parcerias que atingem as mais altas taxas. A segunda verificação é realizada no partido PDS/PPR/PPB/PP², também de direita, onde os resultados são bastante semelhantes, tendendo para o sucesso das coligações inconsistentes, excetuando-se em 2006, onde a coligação semiconsistentes se destaca em relação às outras.

A terceira verificação da Direita é sobre a legenda do PTB, sobre a qual os autores afirmam que as candidaturas isoladas foram totalmente sem sucesso. “Apesar da estratégia preferencial por uniões consistentes em 1986, elas não surtiram fruto, pois nenhuma teve vitória [...]” (KRAUSE, GODOY, 2010 p.85). Nos anos de 1990 e 2002 as coligações consistentes tiveram sucesso, e curiosamente a legenda nestes anos eleitorais não dispôs uma oferta ampla deste perfil, especialmente em 2002 com 5% das candidaturas em que participou. O que os autores salientam aqui é que o partido caminha em contramão, isto é, vem aumentando o número das coligações inconsistentes, no entanto, atinge melhores resultados quando respeita seu posicionamento ideológico com as consistentes.

A quarta análise de Direita é sobre o partido PL/PR³, segundo Krause e Godoy (2010) a estratégia de coligações fiéis à ideologia teve êxito até o ano de 1994. Até o ano de 2006, as semiconsistentes tem sido as com melhores resultados, muito embora ao longo dos anos a legenda tenha formado maior número de coligações inconsistentes, os resultados parecem ir a contramão.

Krause e Godoy (2010) iniciam a análise dos partidos do Centro com a legenda PMDB. Neste partido a maioria das coligações realizadas tem tido êxito quando o perfil ideológico é respeitado (ou parcialmente respeitado), através das consistentes e semiconsistentes. Isso pode ser verificado nas eleições de 2006 onde 78% das coligações eram de cunho inconsistente, mas não foram tão produtivas quanto às demais. Segundo os autores este fato pode demonstrar que os eleitores do PMDB não privilegiam o mix de direita e esquerda, preferindo uma coligação condizente com seu pensamento.

No PSDB de Centro, os autores supracitados observam que a legenda teve um alto padrão de desempenho nos anos de 1994 e 2002, onde todas as legendas

²PP – Evolução do Partido Progressista, que antes disso foi Partido Democrático Social (PDS), Partido Progressista Reformador (PPR) e Partido Progressista Brasileiro (PPB).

³ PL – Partido da Liberal, que anteriormente chamava-se Partido da República (PR).

consistentes foram vencedoras. Cabe explicar que este fato se deve ao baixo número de candidaturas pelo partido, representando apenas 5% em 1994 e 4% em 2002. Nesta legenda ocorre o mesmo fenômeno que o encontrado no PMDB, nas eleições de 2006 o número de coligações inconsistentes foi de 67%, no entanto não foram as mais eficazes.

A análise da Esquerda partidária começa com a legenda do PDT, aqui Krause e Godoy (2010) afirmam que as candidaturas sólidas foram infrutíferas e com resultados desprezíveis. Os melhores resultados para este partido, excetuando-se o ano de 1994, foram com coligações inconsistentes.

A segunda verificação de esquerda refere-se ao PSB que, segundo os autores não possui um padrão de êxito. Cabe salientar que nos anos de 1990 e 1994 a busca por aliados próximos ideologicamente (consistentes) não obteve sucesso, sendo mais bem sucedidas as semiconsistentes e inconsistentes. As candidaturas exclusivas ou isoladas não obtiveram sucesso nesta legenda, assim como as demais verificadas.

A terceira análise de esquerda refere-se ao PPS, que também não difere ao comportamento padrão das taxas de sucesso das candidaturas isoladas dos outros partidos. Para esta legenda as coligações inconsistentes foram mais bem sucedidas em todos os anos verificados, muito embora as semiconsistentes tenham crescido em um percentual razoável nas eleições de 2006, (representatividade de 8% em relação às demais).

A última análise para ideologia de esquerda é referente ao PT. Krause e Godoy (2010) relatam que o partido não teve nenhuma vitória nas primeiras eleições analisadas. Em 1994 as coligações inconsistentes foram as que obtiveram maior êxito, apesar das consistentes terem sido apresentadas em maior número. Em 1998 e em 2002 novamente o fato se repete, tendo sucesso mais significativo as inconsistentes.

A partir do estudo de caso de Krause e Godoy (2010) concluem que o padrão mais significativo encontrado refere-se à opção massiva pelas coligações e não eleições de cunho exclusivo partidário. O diagnóstico indica que a grande maioria das legendas tem estabelecido esta estratégia diante das enormes incertezas que este pleito configura na competição eleitoral do país. Além disso, a margem de instabilidade na eleição majoritária estadual diante do grande número de partidos da concorrência, associada com os altos índices de volatilidade eleitoral neste tipo

eleição, são fatores que devem ser considerados para compreender o fenômeno, sintetizam os autores.

Seguindo esta linha de raciocínio parece adequado ao trabalho, apresentar o estudo de caso desenvolvido por Carreirão e Nascimento (2010), o qual mostra a tendência de crescimento das coligações, especialmente para os cargos proporcionais, com tendência também para as coligações inconsistentes, isto é, que envolviam partidos de diferentes posicionamentos ideológicos.

Analisando a evolução dos padrões de candidaturas (governador, senador, deputados federal e estadual) lançadas ao longo do tempo e a classificação ideológica das coligações entre 1986 e 2006, observa-se que PMDB e PSDB apresentam baixo percentual de coligações consistentes, provavelmente pelo fato de terem sido classificados como partidos de centro. Além disso, a evolução dos padrões de candidaturas ao longo do período analisado indica que o PT transita pelas três estratégias ao longo do tempo. Quanto ao PDT, com exceção de 1986, quando a estratégia principal foi o lançamento de candidaturas isoladas (26%), em todas as demais o partido privilegiou coligações inconsistentes. No PFL predominam as coligações consistentes entre 1986 e 1994; entre 1998 e 2002, há certo equilíbrio entre coligações semiconsistentes e inconsistentes; em 2006, as inconsistentes já representam 59% das candidaturas lançadas. Quanto ao PP, entre 1986 e 1994, as candidaturas mais numerosas são aquelas em coligações consistentes; de 1998 em diante, as inconsistentes prevalecem.

Como é possível notar, em todos esses grandes ou médios partidos de direita e de esquerda, a tendência foi de crescimento das coligações ideologicamente inconsistentes a cada ano (com a única exceção do PDT em 2006, em que houve declínio desse tipo de coligações). Quanto aos partidos de centro, não há uma tendência unitária: no PMDB, na primeira (1986) e na última eleição (2006), as coligações inconsistentes foram as mais numerosas nas demais eleições, as semiconsistentes. No PSDB predominaram as coligações semiconsistentes entre 1990 e 1994; em 1998, há um equilíbrio entre as semiconsistentes e as inconsistentes. Em 2002 predominam as semiconsistentes, e em 2006 as inconsistentes. As coligações entre PMDB e PSDB (que neste caso específico seriam consideradas coligações consistentes, por se tratarem de dois partidos de centro) nunca chegaram a 10% das candidaturas lançadas por estes partidos (CARREIRÃO, NASCIMENTO, 2010).

Quanto ao sucesso eleitoral de cada candidatura, a análise aponta que os eleitores não “punem” coligações que envolvem partidos de diferentes campos eleitorais, já que se observa que são exatamente essas coligações inconsistentes e semiconsistentes que obtém maior rendimento eleitoral (CARREIRÃO, NASCIMENTO, 2010).

Desta forma, aponta-se que a estratégia de lançar candidatos isoladamente ou em coligações consistentes quanto à ideologia se mostrou pouco eficaz eleitoralmente, o que pode apontar para a pouca relevância que a ideologia partidária parece ter, atualmente, para o eleitorado.

1.2.1 Lei nº 9.504 de 1997

De acordo com informações extraídas do Portal do Palácio do Planalto (2014) a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997⁴ estabelece normas e diretrizes para a realização das eleições. A parte que mais nos interessa da referida Lei é seu Artigo 6º, responsável por definir os critérios que legitimam as coligações.

O artigo estabelece que a coligação deva ter uma denominação própria, seja a união de todas as siglas dos partidos integrantes, seja algum outro nome que a coligação achar conveniente, desde que não faça referência ao nome ou ao número do candidato e não contenha pedido algum de voto para os partidos envolvidos no pleito.

Para todos os efeitos, a coligação possui prerrogativas e obrigações de partido político quanto ao processo eleitoral, devendo funcionar como um só partido e como tal agir frente à Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários.

Na propaganda para eleição majoritária, é obrigatório o uso, sob sua denominação, das legendas de todos os partidos integrantes, já para eleição proporcional, cada partido usará somente sua própria legenda sob o nome da coligação.

Faz-se imperativo, ainda, a observação de algumas normas, como o fato de que podem inscrever-se na chapa da coligação candidatos filiados a qualquer partido integrante da mesma; o pedido de registro desses candidatos deve ser

⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em 25, ago. 2014.

subscrito pelos presidentes dos partidos coligados, por seus delegados, pela maioria dos membros dos respectivos órgãos executivos de direção ou por representante da coligação.

Assim, todos os partidos integrantes da coligação devem designar um representante, que possuirá atribuições equivalentes às de presidente de partido político, quanto ao trato dos interesses e na representação da coligação. Este representante irá falar em nome da coligação perante a Justiça Eleitoral, ou, caso o representante não se faça presente, seu lugar pode ser ocupado por delegados indicados pelos partidos da coligação, podendo nomear até três delegados perante o Juízo Eleitoral, quatro delegados perante o Tribunal Regional Eleitoral e cinco delegados perante o Tribunal Superior Eleitoral.

É importante frisar que, na coligação, a responsabilidade pelo pagamento de multas decorrentes de propaganda eleitoral é solidária entre os candidatos e os respectivos partidos atingidos, não alcançando os outros partidos políticos, mesmo que estes integrem a mesma coligação.

E caso o partido político coligado decida atuar de forma isolada no processo eleitoral, o mesmo só será legitimado quanto a questionar a validade da própria coligação, durante o período compreendido entre a data da convenção e o termo final do prazo para a impugnação do registro de candidatos.

2. ANÁLISE DAS COLIGAÇÕES PARA PREFEITO

Neste capítulo do trabalho apresentam-se as informações referentes às Coligações Partidárias realizadas em 2004, 2008 e 2012, almejando cargos de Prefeito dos municípios de Erechim, Getúlio Vargas, Estação, Marcelino Ramos e Gaurama. Seguindo a classificação de coligações tradicionais utilizadas por Krause e Godoy (2010) define-se:

- a) Coligações consistentes são formadas com partidos situados no mesmo campo de espectro político – esquerda, centro ou direita. As possibilidades de coligação nesse caso dão direita-direita, centro-centro, esquerda-esquerda.
- b) Coligações semiconsistentes ocorrem quando a coligação envolve partidos de centro com partidos ou de esquerda ou direita. As possibilidades são centro-esquerda ou centro-direita.
- c) Coligações inconsistentes são aquelas que envolvem partidos de polos extremos (direita e esquerda)⁵.

Os dados apresentados neste trecho do estudo foram extraídos dos portais do TER e do TSE⁶.

2.1 ERECHIM

Da mesma forma que no restante do país, as coligações partidárias serviram como elementos importantes em todas as eleições analisadas no município de Erechim. Assim, conforme discutido anteriormente, a elite política local realizou a opção de ampliar suas possibilidades eleitorais por meio das coligações. Este tipo de comportamento – muito comum na política brasileira (KRAUSE, GODOI, 2010) – poderia ser fruto de uma aproximação programática entre os partidos políticos.

O município manteve, por um longo período de tempo, uma tradição política mais conservadora, elegendo prefeitos historicamente não alinhados com a esquerda. Somente em 2008 o PT conseguiu se eleger no município. É importante

⁵ Os partidos foram classificados da seguinte forma: Direita – DEM (PFL), PP, PTB, PR, PRB, PL e PSDC; Centro – PMDB e PSDB; Esquerda – PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PT, PHS, PC, PPS.

⁶ Fonte eleições 2012:

<<http://divulgacand2012.tse.jus.br/divulgacand2012/ResumoCandidaturas.action>.>

Fonte eleições 2008: <<http://clicrbs.com.br/eleicoes2008/apuracao/2turno/apuracao.html?topo=>>

Fonte eleições 2004: <<http://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/2004/1t/voto/>>

salientar que na tentativa de eleição em 2004 o PT não se coligou. Este tipo de comportamento partidário, mais comum no passado, identificava um partido político mais ideológico, mas, também, com uma fragilidade eleitoral maior. Assim, a partir de 2008, o PT ampliou cada vez mais a sua coligação, permitindo, inclusive, partidos à direita do espectro político em sua coligação no ano de 2012. Assim, o padrão local seguiu o padrão nacional petista (KRAUSE, GODOI, 2010).

Tabela 1 – Coligações Partidárias do Município de Erechim – Prefeito

Coligações Partidárias do Município de Erechim – Prefeito				
ANO	Candidato	Partido de liderança	Coligação	Consistente/Inconsistente
2004	Elói Zanella	PP	PP / PTB / PL / PV / PHS / PDT	Inconsistente
	Luiz Schmidt	PPS	PPS / PSDB	Consistente
	Antonio Dexheimer	PMDB	PMDB / PFL	Semiconsistente
	Elio Spagnol	PT	-	-
2008	Paulo Alfredo Polis	PT	PCdoB / PSOL - PMDB / PT	Semiconsistente
	Luiz Antonio Tirello	PTB	PP / PTB / PR / PSDC / PHS / PSD	Inconsistente
	Luiz Francisco Schmidt	DEM	DEM / PSDB / PPS / PRB / PV / PDT	Inconsistente
2012	José Rodolfo Mantovani	PTB	PTB / DEM / PSB / PSDB	Inconsistente
	Luiz Francisco Schmidt	PMDB	PP / PDT / PMDB / PSD	Inconsistente
	Paulo Alfredo Polis	PT	PRB/ PDT/ PT/ PMDB/ PSC/ PSB/PC do B	Inconsistente

Fonte: TSE, 2016.

Como pode se observar em negrito, todos os vencedores a prefeito nos últimos pleitos tiveram que se utilizar de coligações. Além disso, com a exceção da candidatura de Schmidt em 2004, todas as coligações ou foram semiconsistentes ou inconsistentes. Importante destacar que isto não impediu a vitória das últimas disputas para prefeitos em Erechim.

2.2 GAURAMA

No município de Gaurama todas as coligações partidárias realizadas nos últimos pleitos para prefeito foram ou inconsistentes ou semiconsistentes. Não

houve coligações com posicionamentos ideológicos idênticos e é possível perceber que este critério não interferiu no sucesso do candidato. Conforme a Tabela número 2, nos três anos eleitorais as coligações vencedoras ascenderam candidatos oriundos de coligações inconsistentes:

Tabela 2 – Coligações Partidárias do Município de Gaurama – Prefeito

Coligações Partidárias do Município de Gaurama - Prefeito				
ANO	Candidato	Partido de liderança	Coligação	Consistente/Inconsistente
2004	Benito Antonio Bruschi	DEM	PDT / DEM / PSB	Inconsistente
	Gilmar Saccomori	PMDB	PP / PTB / PMDB	Semiconsistente
	Leando Marcio Puton	PT	PT / PL	Inconsistente
2008	Benito Antonio Bruschi	DEM	PDT / DEM / PSB	Inconsistente
	Gilmar Saccomori	PMDB	PP / PTB / PMDB	Semiconsistente
	Leando Marcio Puton	PT	PT/PL	Inconsistente
2012	Celio Miguel Weirich	PTB	PTB / DEM / PSB / PSDB	Inconsistente
	Gilmar José Saccomori	PMDB	PP / PDT / PT / PMDB / PSD	Inconsistente

Fonte: TSE, 2016.

Como se pode verificar, Gaurama manteve um padrão eleitoral em 2004 e 2008, elegendo candidatos de legendas de direita (DEM), no entanto com coligações inconsistentes. No ano de 2008 o município elegeu um candidato do PMDB que é de centro, no entanto também proveniente de uma coligação inconsistente com comportamento *catch-all*.

Conforme Krause e Godoy (2010) o PMDB, por ser o partido mais presente em todos os municípios do Brasil e também por estrategicamente ter um posicionamento de centro, tem sido o parceiro mais popular nas coligações brasileiras de 2004 e 2008. Gaurama não é exceção a este padrão, tendo lançado candidatos a prefeito PMDBistas em todos os pleitos, com coligações variáveis (duas semiconsistentes e uma inconsistente). Destaca-se que a coligação vitoriosa do PMDB foi a de 2012, de cunho inconsistente.

O DEM liderou coligações nos pleitos de 2008 e 2012, ambas constituídas inconsistentemente. Segundo o estudo de Krause e Godoy (2010) os parceiros políticos mais comuns do DEM são o PPB, o PSDB é o PMDB. No município de

Gaurama esse fato se alterou, pois os parceiros de coligação apresentados foram todos de posicionamentos extremos, como é o caso do PDT (que é de esquerda).

O PT de Gaurama se coligou com o PL, partidos de polos totalmente opostos. Krause e Godoy (2010) evidenciaram tendências diferentes no contexto nacional, destacando coligações com o PDT, PMDB, PSDB e em menor quantidade com o PCdoB.

2.3 GETÚLIO VARGAS

No município de Getúlio Vargas não foram observados padrões nas coligações vencedoras. O candidato eleito a prefeito no ano de 2004 teve candidatura solo, isto é, não coligou com nenhum outro partido político; e mesmo assim obteve vitória. Já o candidato de 2008 participou de uma coligação inconsistente, se aliando a cinco partidos com posicionamentos ideológicos diversos. O vencedor do ano de 2012 teve uma candidatura apoiada em partidos de centro e direita, formando uma coligação semiconsistente. Estas informações são ilustradas na Tabela número 3:

Tabela 3 – Coligações Partidárias do Município de Getúlio Vargas – Prefeito

Coligações Partidárias do Município Getúlio Vargas - Prefeito				
Ano	Candidato	Partido de liderança	Coligação	Consistente/Inconsistente
2004	Dino Giaretta	PT	-	-
	Botolli	PP	PP / PMDB / PDT	Inconsistente
	Paulo Prezzotto	PFL	PFL / PTB / PSDB	Semiconsistente
	Marcelo Figueiredo	PL	-	-
2008	Jairo Ademar Gallina	PT	PT / PC do B / PSB	Consistente
	Oswaldo A. de Oliveira Filho	PMDB	-	-
	Pedro Paulo Prezzotto	DEM	PTB / PP / PSDB / PDT / DEM / PPS	Inconsistente
2012	Irineu A. W. de Queiroz	PT	-	-
	Oswaldo A. de Oliveira Filho	PMDB	PDT / PMDB / PPS	Inconsistente
	Pedro Paulo Prezzotto	DEM	PP / PTB / DEM / PSDB	Semiconsistente

Fonte: TSE, 2016.

No município houve um prefeito de esquerda sem o apoio de coligações no ano de 2004. Posteriormente (2008 e 2012) foram vitoriosos do pleito dois candidatos provenientes do DEM, partido de orientação totalmente oposta (direita).

Observando as coligações como um todo, nas três eleições – 2004, 2008 e 2012 – houve apenas uma coligação consistente, a qual não obteve sucesso: a coligação de Jairo A. Gallina que uniu PT, PCdoB e PSB.

2.4 ESTAÇÃO

Em Estação as coligações vitoriosas dos pleitos não foram formadas por posicionamentos ideológicos idênticos, mas sim de forma inconsistente e semiconsistente. No ano de 2004 a vencedora foi uma candidata do PP (direita) que coligou-se com o PT (esquerda) formando uma coligação inconsistente. Em 2008 a mesma candidata do PP (direita) foi eleita, porém desta vez com o apoio de uma aliança semiconsistente formada com o PSDB (centro). No ano subsequente (2012) o candidato eleito era representante do partido PSDB (centro) e teve como base aliada uma coligação inconsistente com comportamento *catch-all*.

Tabela 4 – Coligações Partidárias do Município de Estação – Prefeito

Coligações Partidárias do Município Estação – Prefeito				
Ano	Candidato	Partido de liderança	Coligação	Consistente/Inconsistente
2004	Cirilde Maria Braciak	PP	PP / PT	Inconsistente
	José Carlos Tonin	PMDB	PDT / PTB / PMDB / PSB	Inconsistente
2008	Cirilde Maria Braciak	PP	PP / PSDB	Semiconsistente
	Humildes A. Camargo	PMDB	PTB / PMDB	Semiconsistente
	Adão Ismael Duarte	PDT	PDT / PT / PPS / PSB	Consistente
2012	Gerverson Zimmermann	PSDB	PP / PTB / PSB / PSDB	Inconsistente
	Humildes A. Camargo	PMDB	PDT / PT / PMDB	Semiconsistente

Fonte: TSE, 2016.

Olhando as candidaturas em um contexto geral nos últimos três pleitos constatou-se, três coligações inconsistentes, três semiconsistentes e apenas uma

coligação realizada consistentemente. A ligação ideologicamente coerente não obteve sucesso.

2.5 MARCELINO RAMOS

Marcelino Ramos vem mantendo padrão eleitoral de ascender ao cargo de prefeito, candidatos do PT (esquerda), apoiados por coligações inconsistentes. Este fato evidencia que para a população deste município posicionamento ideológico não é considerado um fator relevante que desmereça a credibilidade dos candidatos que lançam mão destas estratégias.

O número de candidaturas para o pleito de prefeito de Marcelino Ramos também vêm seguindo padrão de apenas dois candidatos concorrendo. Em 2004 o partido PP não realizou nenhuma aliança e acabou perdendo para a coligação *catch-all* do PT. No ano de 2008, o PP se aliou com partidos de centro e de direita lançando a candidatura que teve como liderança o PMDB, mas também não foi bem sucedida. Em 2012 o líder da coligação concorrente foi o PSDB que coligou-se com partidos de coligação semelhante (PP, PTB, PMDB), formando uma coligação semiconsistente, no entanto também não foi páreo para o PT e sua coligação inconsistente.

Estas informações podem ser conferidas na Tabela número 5:

Tabela 5 – Coligações Partidárias do Município de Marcelino Ramos – Prefeito

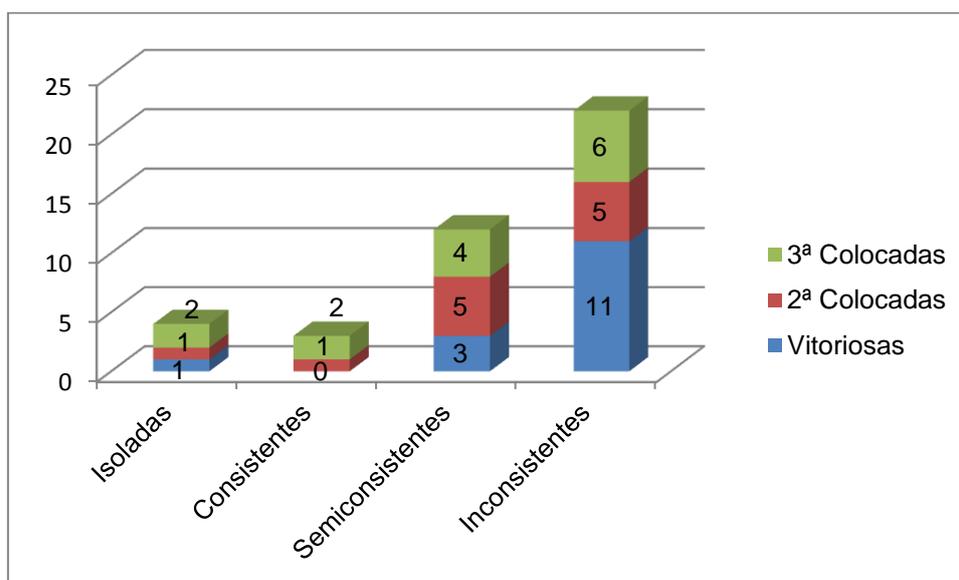
Coligações Partidárias do Município Marcelino Ramos – Prefeito				
Ano	Candidato	Partido de liderança	Coligação	Consistente/Inconsistente
2004	Paulo Fernando Tapia	PT	PT / PMDB / PDT / PTB	Inconsistente
	RealdoColla	PP	-	-
2008	Paulo Fernando Tapia	PT	PDT / PT / DEM	Inconsistente
	Vannei Mafissoni	PMDB	PMDB / PP / PTB / PSDB	Semiconsistente
2012	Jorge Luís Riede	PSDB	PP / PTB / PMDB / PSDB	Semiconsistente
	Juliano Zuanazzi	PT	PDT / PT / PSB / PSD	Inconsistente

Fonte: TSE, 2016.

3 UMA REFLEXÃO SOBRE AS COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS

A partir de agora, será realizada uma breve reflexão sobre a totalidade das candidaturas a prefeito da região. Para isso, foi desenvolvido um gráfico que reúne o perfil de todas as 40 candidaturas estudadas no capítulo anterior, conforme pode ser observado a seguir:

Gráfico 1. Definição das coligações partidárias 2004-2012



Fonte: TSE, 2016.

De acordo com o gráfico número 1, das 5 candidaturas isoladas, isto é, as candidaturas que não se valeram de coligações partidárias como base aliada, apenas uma conseguiu ascender um candidato a vitória no pleito. Essa exceção ocorreu no município de Getúlio Vargas, no ano de 2004, quando o PT venceu a campanha para prefeito. Nos demais municípios houveram quatro candidaturas isoladas e todas foram derrotadas.

Quanto às candidaturas com coligações consistentes, foram identificadas apenas três em todos os anos investigados. Destaca-se que nenhuma delas conseguiu obter vitória dos pleitos participados.

As coligações semiconsistentes obtiveram vitória em três candidaturas lançadas, e em contrapartida resultaram em oito derrotas. Com o maior número de coligações, e também o maior número de pleitos bem sucedidos, estão as uniões inconsistentes, com onze vitórias e dez derrotas nestes três anos eleitorais.

Reafirmando a constatação inicial de que o posicionamento ideológico não interfere negativamente na escolha do eleitor, fica evidente o número superior de coligações inconsistentes que tiveram rendimento superior, tendo em vista o desempenho das coligações semiconsistentes e das consistentes (que foi inexistente).

Neste sentido Carreirão (2006) levanta algumas considerações sobre o surgimento contínuo de coligações partidárias com coerência ideológica de média a fraca. Entre estas hipóteses está o aumento da fragmentação do sistema partidário, que vêm incentivando o aumento do número de coligações, buscando atenuar o impacto desta desconstrução sobre a competição eleitoral. Isto é, as coligações passam a se consolidar mesmo que com ideologias opostas, buscando ganhar vantagem competitiva perante outras bases, visando angariar o maior número de votos possíveis de todas as vertentes seguidoras das legendas unidas.

Carreirão (2006) também menciona que nos dias de hoje existe liberdade total de união de legendas, e que não existem obrigações legais em relação a posicionamentos ideológicos. Isso é possível pela diluição gradual da clivagem entre os partidos (e políticos) que apoiaram e os que se opuseram ao regime autoritário pós-64, o que facilitou e vem facilitando até os dias de hoje as livres coligações.

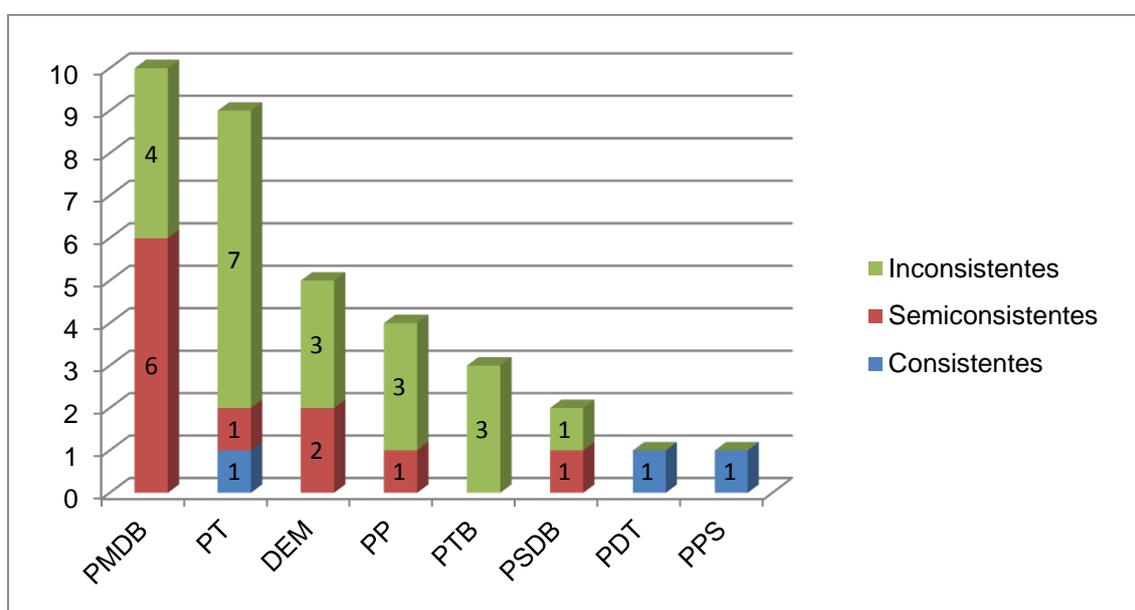
O autor ainda destaca o posicionamento do PT, que saiu da extrema esquerda e caminhou em direção ao centro, principalmente desde o ano de 2002, como catalizador para formação de coligações inconsistentes e semiconsistentes. Nos municípios estudados percebe-se uma tendência, sobretudo nos anos de 2008 e 2012, da formação de alianças com o Partido dos Trabalhadores, com posicionamentos ideológicos incongruentes. Esta realidade é percebida por Carreirão (2006) como um padrão que vem se reproduzindo em todo o país, e a crise política que vem desestabilizando o Partido dos Trabalhadores parece distanciá-lo ainda mais de sua configuração ideológica original, como a espinha dorsal da inclinação partidária de esquerda.

Carreirão (2006) evidencia a realidade do desempenho das coligações – de quaisquer tipos – em comparação com as candidaturas isoladas. A estratégia de lançar coligações com graus fraco ou médio de coerência ideológica, não apenas não é punida pelos eleitores, como tem um rendimento superior ao das coligações ideologicamente mais consistentes. A percepção desta tendência por parte dos

partidos pode ter contribuído nas decisões que levaram a uma estratégia crescente de aumento das coligações, incluindo as mais inconsistentes ideologicamente.

Direcionando o olhar para os partidos que lideraram as coligações nas eleições de 2003, 2004 e 2012, foram observados os cinco municípios estudados, e as legendas que mais promoveram uniões foram o PMDB seguido pelo PT. No Gráfico de número 2 procurou-se classificar estas lideranças, identificando a consolidação da união por afinidade ideológica:

Gráfico 2. Partidos que mais coligaram 2004-2012



Fonte: TSE, 2016.

Conforme os dados apresentados no gráfico, o PMDB esteve à frente de dez coligações, das quais seis foram semiconsistentes e quatro inconsistentes. O PT realizou um maior número de coligações inconsistentes, frente a apenas uma consistente e uma inconsistente. Em seguida, o DEM que liderou cinco coligações, dentre as quais três inconsistentes e duas semiconsistentes. O PTB apresentou três candidatos, todos com bases inconsistentes e o PSDB liderou duas coligações, sendo uma inconsistente e uma semiconsistente. Por último, dois partidos que lideraram apenas uma coligação cada, sendo ambas consistentes, o PDT e o PPS.

Através do gráfico 2 compreendeu-se que os partidos que lideram as coligações e lançam candidatos filiados em suas legendas, são comumente os partidos de maior expressão política e popularidade. Os partidos de menor

representatividade, salvo alguns casos como do PPS e do PDT (em que foram mal sucedidos), unem-se a partidos mais fortes em prol de objetivos e metas políticas em comum.

Embora não se tenham apresentado dados para tanto, parece crível supor ao final desta análise que exista um padrão nacional, onde o eleitor não “pune” candidaturas ideologicamente incongruentes no caso dos governos estaduais (KRAUSE, GODOY, 2010). Essa realidade também se aplica ao caso dos municípios da AMAU elencados no presente trabalho. Este fato ficou evidente nos pleitos analisados, uma vez que a consistência ideológica das coligações não fez diferença no momento da escolha do candidato.

Quanto à adoção de alianças estratégicas nas coligações, é possível considerar que elas têm ocorrido com vistas ao ganho de vantagem competitiva nestes municípios da AMAU. A maior parte das candidaturas com apoio de bases inconsistentes e semiconsistentes obteve sucesso, ao passo que as coerentes ideologicamente falando não tiveram este mesmo respaldo. Compreende-se, portanto que a ideologia não é critério para formação de alianças por parte das legendas políticas, nem é fator decisivo quanto a escolha do candidato pelo eleitor.

Parece adequado finalizar estas análises concordando com a colocação de Krause e Godoy (2010) que explicam que a teoria da economia dos esforços⁷ em termos gerais demonstra ter um poder explicativo para diagnosticar a dinâmica de alianças eleitorais. A orientação pela maximização do voto, como princípio geral dominou as coligações realizadas pelas legendas, nas eleições analisadas pelos autores, e isso também ocorreu no presente estudo voltado aos pleitos de cinco municípios da AMAU. Tal comportamento pode ser demonstrado não somente pela busca de parceiros para enfrentar o mercado eleitoral, mas também pela crescente estratégia dos partidos em estabelecer alianças que potencializem ganhos, sendo muito mais escassas as composições com resistência ideológica.

Os autores ainda destacam que a formação de alianças, não se reduz apenas à busca por eleitores, mas também visa adquirir proximidade com grupos que estão no controle do poder, ampliando seus contatos e estreitando relacionamentos favoráveis à suas legendas.

⁷Downs, 1999.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados aqui apresentados trazem informações sobre apenas cinco municípios da AMAU, no entanto, através destes dados é possível ponderar sobre uma perda da nitidez ideológica dos partidos, que se reflete nos modos como desenvolvem suas coligações. Os números levantados demonstraram que as coligações que mais vem se popularizando nos últimos três pleitos para o cargo de prefeito foram inconsistentes ou semiconsistentes, enquanto que as ideologicamente adequadas foram a minoria.

Nas cidades mencionadas, às coligações que mais obtiveram sucesso e ascenderam candidatos ao cargo de prefeito foram às uniões inconsistentes. Muito do que foi colocado em destaque evidencia partidos de polos opostos se unindo como estratégia de campanha, buscando absorver o maior número de eleitorado possível. Assim, o que se percebe é um alto senso de oportunidade colocado em primeiro lugar, em detrimento das convicções políticas do partido.

Constata-se, portanto que a ideologia não se configurou como um obstáculo para a formação de coligações partidárias nos pleitos disputados nos anos de 2004, 2008 e 2012 nos municípios da AMAU: Erechim, Gaurama, Getúlio Vargas, Estação e Marcelino Ramos. Ao contrário, as coligações com uniões consistentes foram bastante impopulares, não conseguindo eleger nenhum candidato.

Durante as análises das coligações partidárias dos municípios, percebeu-se uma clara tendência dos partidos adotarem comportamento *catch-all*, isto é, aliaram-se com um número elevado de outras legendas, algumas vezes menos expressivas quanto à popularidade. Esse foi o caso do PT, que no ano de 2004, em Erechim lançou uma candidatura isolada que não obteve sucesso; posteriormente, no ano de 2008 o PT veio com uma coligação semiconsistente, aliando-se com PCdoB, PSOL e PMDB; e novamente no ano de 2012 com uma coligação inconsistente (aqui atuando claramente como *catch-all*) unindo-se com PRB, PDT, PT, PMDB, PSC, PSB e PCdoB. Em ambos os pleitos que o PT coligou-se com demais legendas obteve sucesso, mesmo com partidos de pensamento ideológico completamente oposto o Partido dos Trabalhadores ainda assim foi vitorioso.

Dos municípios analisados, o que mais se destacou quanto a padrões eleitorais foi Marcelino Ramos, que nos três últimos pleitos ascendeu candidatos Petistas apoiados por coligações inconsistentes. Além de serem inconsistentes as coligações vitoriosas neste município se comportam de forma *catch-all*, unindo-se a mais de três legendas em busca de ampliação do contingente eleitor.

Ao finalizar o presente trabalho é possível afirmar que a produção literária, bem como as publicações acadêmicas direcionadas ao estudo das coligações partidárias ainda são escassas. Assim, acredita-se que, ainda que modestamente, este trabalho tenha contribuído para a ampliação do debate sobre a formação de alianças entre partidos, colocando em evidência municípios desconhecidos neste segmento de estudo. Cabe salientar que os dados apresentados são de cunho primário, isto é, são inéditos, e foram construídos a partir da coleta e sistematização de informações, tendo por base o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (2016).

Além da contribuição ao campo de estudo, acredita-se que este trabalho tenha sido de grande importância para a acadêmica, pois permitiu o aprofundamento de seus conhecimentos não apenas quanto às ciências sociais, mas com uma ênfase direcionada ao segmento da ciência política, área complexa e desafiadora.

Como ideia para trabalhos futuros, fica a possibilidade de ampliar este estudo para as demais cidades da Associação de Municípios do Alto Uruguai, que conta com 32 participantes nos dias atuais. Um estudo que contemple todos estes municípios poderá ampliar as considerações aqui apresentadas, com resultados ainda mais significativos.

REFERENCIAS

BRASIL (1997). **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm> Acesso em 25, ago. 2014

CARREIRÃO, Y.S. NASCIMENTO, F.P. **As coligações nas eleições para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil (1986/2006).** Revista Brasileira de Ciência Política, nº 4. Brasília, julho-dezembro de 2010, pp. 75-104.

CARREIRÃO, Y.S. **Ideologia e partidos políticos:** um estudo sobre coligações em Santa Catarina. Opinião Pública, vol. 12, n. 1, abr./mai. 2006, UNICAMP, p. 136-163.

DAHL, R. **Sobre a democracia.** Brasília: editora universidade Brasília, 2001.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia.** São Paulo: EDUSP, 1999.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3 ed. São Paulo: Atlas S.A. 2004.

HEYWOOD, A. **Ideologias Políticas: do liberalismo ao fascismo.** São Paulo: Ática, 2010. Vol. I.

KRAUSE, S. DANTAS, H. MIGUEL, L.F. (Org). **Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira.** São Paulo: Ed Unesp, 2010.

KRAUSE, S. GODOY, P.P.A. **Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências.** Apud: KRAUSE, S. DANTAS, H. MIGUEL, L.F. (Org). Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira. São Paulo: Ed Unesp, 2010.

LAKATOS, E.M. MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: 7ª Edição. Atlas, 2010

LIPSET, S. ROKKAN, S. **Cleavage structures, party systems, and voter alignments: an introduction.** New York: Free Press, 1967; Apud: Ideologias partidárias no governo Lula: A percepção do eleitor. Civitas, Porto Alegre v. 12 n. 2 p. 298-320 maio-ago. 2012

MELO, C.R. **Nem tanto ao Mar, nem tanto a Terra: Elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro**. Ed. UFMG, 2007.

_____. Sistema partidário, presidencialismo e reforma política no Brasil. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; RENNÓ, Lucio R (orgs.). **Reforma política: lições da história recente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 157-175.

MIGUEL, L.F. MACHADO, C. 2007. **Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004)**. Dados, vol. 50, n. 4, p. 757-793.

MIGUEL, L.F. Os partidos brasileiros e o eixo “esquerda-direita”. In: KRAUSE, S. DANTAS, H. MIGUEL, L.F. (Org). **Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira**. São Paulo: Ed Unesp, 2010.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REBELLO, M.M. **Ideologias partidárias no governo Lula: as percepções do eleitor**. Civitas Porto Alegre v. 12 n. 2 p. 298-320 maio-ago. 2012.

REBELLO, M.M. **Partidos e Governos nas sombras: clareza e responsabilidade, responsabilização eleitoral e sistema partidário no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

STOPPINO, M. Ideologia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora de Brasília, 1986.

TAROUCO, G.S.; MOREIRA, R.M. **Ideologia e partidos políticos no Brasil**. Civitas – Revista de Ciências Sociais, vol. 12, n. 2, Porto Alegre, mai./ago. 2012, p. 205-208.